

O presidente da seccional paulista da OAB, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, teme que o governo federal acabe impondo à Assembleia Nacional Constituinte — que define como conservadora — um projeto de

*A OAB se preocupa: o governo que não venha impor.*

Constituição baseado no anteprojeto da comissão de "notáveis", que foi presidida pelo jurista Afonso Arinos (eleito senador pelo PFL-RJ).

— Ao que tudo indica, o Executivo está com um projeto de Constituição pronto e vai impô-lo — afirmou ontem Mariz de Oliveira em entrevista à imprensa na sede da OAB, na praça da Sé. Para evitar que isso acabe ocorrendo, a OAB-SP pretende ser um dos canais de comunicação entre a sociedade civil e a Constituinte. A primeira iniciativa nesse sentido será uma reunião de todos os presidentes seccionais da OAB com os constituintes paulistas, marcada para os dias 12 e 13 de março.

Em seguida, a OAB paulista promoverá uma série de painéis sobre quatro temas, considerados os mais importantes na Constituinte: Poder Judiciário, Reforma Agrária, Reforma Tributária e Direitos Individuais. O primeiro deles, sobre o Poder Judiciário, será realizado no final de março.

As conclusões serão analisadas por uma comissão de juristas, que elaborará o texto a ser encaminhado à Assembleia Nacional Constituinte. Entre os componentes dessa comissão, Mariz de Oliveira citou Geraldo Ataliba, Celso Antônio Bandeira de Mello, Adilson Dallari, Celso Bastos, Eros Roberto Grau, Michel Temer e Ada Pellegrini Grinover.

A seccional paulista da OAB pleiteará também a "institucionalização constitucional da advocacia", ou seja, a menção, no próximo texto constitucional, de que o advogado é — juntamente com os juizes e os integrantes do Ministério Público — "emprescindível à administração da Justiça". Regulada posteriormente por lei ordinária, essa inclusão daria aos advogados algumas prerrogativas, como um foro especial para o julgamento de crimes cometidos no exercício da profissão.

### **Preocupação**

— A sociedade civil não está se sensibilizando com a Constituinte por culpa dos partidos, dos políticos, das entidades de classe e talvez porque seja congressual e não livre e soberana. A verdade é que a sociedade espera muito pouco da Constituinte e isso nos preocupa muito — disse Mariz de Oliveira.

O presidente da OAB-SP considera fundamental que a próxima Constituição assegure a independência do Poder Judiciário. Para tanto, prosseguiu Mariz de Oliveira, "a Constituição precisa fixar que um percentual mínimo do orçamento da União deve ser destinado ao Poder Judiciário. Seria esse o primeiro passo para tornar a Justiça menos morosa e anacrônica", como definiu o presidente da OAB-SP.

Mariz de Oliveira afirmou que a assustadora ocorrência de linchamentos verificada nos últimos meses reflete "uma grande litigiosidade contida que não chega ao Judiciário. O povo está fazendo justiça com as próprias mãos porque não acredita mais no Judiciário".

Outro fator de desmoralização da Justiça, segundo ele, é o baixo nível do ensino do Direito, provocado principalmente pela proliferação de faculdades. Mariz de Oliveira disse que, no Estado de São Paulo, de cerca de cinco mil bacharéis que anualmente fazem exames para obtenção de registro na OAB, 70% a 80% são reprovados.

### **Sucessão**

Já está em curso a disputa pela presidência do Conselho Federal da OAB. A eleição se dará em abril, em Brasília, e os candidatos são o paulista Márcio Thomaz Bastos, atual vice-presidente e ex-presidente da OAB-SP, e o carioca Arthur Lavigne, atual secretário-geral.

Mariz de Oliveira garantiu que seu candidato, Márcio Thomaz Bastos, está sendo apoiado pelas seccionais do Amapá, Amazonas, Pará, Piauí, Ceará, Bahia, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, enquanto Lavigne conta com os votos de Pernambuco e Rondônia, não tendo conseguido ainda o apoio da OAB-RJ.